Resumo da semana: Suspensão do indulto natalino foi destaque

A concessão do indulto natalino aos presos brasileiros voltou a gerar polêmica. Na terça-feira (25/12), em pleno Natal, o Planalto confirmou que o presidente Michel Temer não editaria o decreto que concede a saída de final de ano em 2018.

A decisão foi tomada pouco menos de um mês após a suspensão do julgamento no Supremo Tribunal Federal da validade do Decreto 9.246/2017, que concede o indulto.

A suspensão do benefício foi criticada por criminalistas, dando ensejo a boatos de que o presidente voltaria atrás. Na raiz da polêmica está o decreto do ano passado, que estendeu o benefício aos presos por crimes financeiros e, na prática, reduziu o tempo de cumprimento da pena dos condenados.

lgação da

Criação de cargos em TJs
Também no Natal, a ministra Rosa Weber manteve liminar que suspendia a criação de cargos de desembargadores no Tribunal de Justiça da Bahia. Na quinta-feira (27), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou um documento sugerindo que a criação de novos cargos em todos os TJs do país passe pelo crivo do próprio conselho.

O texto também sugere que a concessão de auxílios de qualquer natureza a membros do judiciário (seja de moradia, transporte ou alimentação) também passe por consulta prévia do órgão antes da aprovação.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Frase da semana

> O presidente abrir mão de conceder um indulto piora a situação, torna um quadro dramático. Esta discussão, contradição e embate entre os Poderes faz com que milhares de pessoas que tem o direito assegurado fiquem presas indevidamente de forma injusta e ilegal.

Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, advogado criminalista, sobre a decisão de Temer de não conceder indulto de natal.

Entrevista da semana

Spacca

O AI-5 não foi um golpe dentro do golpe, mas o aprofundamento natural das bases legais da ditadura, segundo o professor Danilo Pereira Lima, autor de um livro sobre o papel dos juristas brasileiros no período.

Entrevistado pela **ConJur**, ele explicou de que forma os especialistas em Direito criaram um "engenharia constitucional autoritária" que ajudou a legitimar o golpe militar e a reforçar a impressão de normalidade institucional e democrática.

“Não quis fazer uma caça às bruxas”, afirma Pereira Lima. “No Direito, falta interesse pela história. Não existe a autocrítica de dizer ‘qual foi o papel da comunidade jurídica nesse período? De que maneira contribuímos? E de que maneira contribuímos para a resistência?’”

Ranking

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

No texto mais lido, com 24,9 mil acessos, o jurista Lenio Streck critica o anúncio de um advogado que circulou na internet. No *flyer*, o profissional diz prestar consultoria a empresários que, querendo “mais lucro”, podem “demitir seus funcionários” para “contratá-los mais barato [sic]”.

Para Lenio, o anúncio mostra que a advocacia incorporou a mentalidade da meritocracia, mesmo com metade dos brasileiros não tendo acesso a saneamento básico.

"É um típico caso do velho ditado italiano: *se non è vero, è ben trovato*. Traduzo livremente aqui como 'se não é verdade, olha, bem que podia ser'. Porque essa é nossa situação. Esse é o nosso abismo. Esses são nossos tempos. Tempos em que é possível demitir pra 'contratar mais barato'. O que, aliás, é deduzível da reforma trabalhista, pois não? E isso torna o *post* do advogado ainda mais perigoso. Vivemos em tempos em que a advocacia é dominada pela mentalidade do 'empreendedorismo', essa fraude epistêmica que reforça a falácia meritocrática num país em que metade da população não tem esgoto".

Com 8,9 mil acessos, o segundo texto mais lido foi um artigo do criminalista José Luis Oliveira Lima sobre a omissão da Ordem dos Advogados do Brasil diante de violações de prerrogativas da classe.

De acordo com Oliveira Lima, a busca e apreensão no escritório do advogado de Adélio Bispo, autor do atentado contra o então candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL), "é um dos maiores abusos que tive notícia nos meus 30 anos de advocacia". "E o que a OAB fez? Soltou uma nota! Repercussão? Perto de zero", criticou o criminalista.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

"O presidente do Conselho Federal deveria ter convocado uma coletiva, marcado audiência com o presidente do STF, com a Procuradora-Geral da República, com o diretor-geral da Polícia Federal. Representar no CNJ, nas Corregedorias. Mas não. Essa decisão intimida a advocacia, o direito de defesa, o Estado Democrático de Direito. E essa postura pusilânime da OAB dá margem para mais decisões que violem as prerrogativas dos advogados. Tempos difíceis", opinou Oliveira Lima.

As dez mais lidas
Lenio Streck: *Como demitir seus funcionários e contratá-los mais barato? Simples!*
José Luis Oliveira Lima: *Omissão da OAB dá margem para mais violações de prerrogativas*
OAB diz que não foi notificada de buscas em escritório, por isso provas são nulas
MEC autoriza mais 19 cursos de Direito, com 2.880 novas vagas
Cade dá cinco dias para OAB esclarecer receitas e tabelas de honorários
Escritório do advogado de agressor de Bolsonaro é alvo de buscas
Toffoli nega liminar para vetar honorários de sucumbência a advogados públicos
Temer sanciona lei que regulamenta uso compartilhado de imóveis
Morre, aos 74 anos, o advogado e ex-deputado Sigmaringa Seixas
Coluna "Contas à Vista": *Pode ser reduzido o salário do servidor público? O ano 2018 e um olhar para 2019*

Manchetes da semana
Execução da pena de condenação pelo tribunal do júri deve ser imediata
Inimputável não pode ser mantido internado em caso de prescrição, diz STF
Michel Temer decide não conceder indulto natalino neste final de ano
Juristas criticam não concessão do indulto; Temer cogita rever decisão
Ministério da Educação autoriza mais 19 cursos de Direito, com 2.880 novas vagas
Empresa pública pode usar precatórios para pagar dívida trabalhista
Luís Roberto Barroso: "Atravessando a tempestade em direção à nova ordem"

Date Created
29/12/2018

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.